

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 106.588 - MG (2018/0335501-9)**

**RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**RECORRENTE : ADAO RODRIGUES PEREIRA (PRESO)**  
**ADVOGADOS : PAULINO GONTIJO DE QUEIROZ CANCADO E OUTRO(S) -**  
MG011010  
ALEXANDRE SIMAO DE ARAUJO - MG076431  
LEONARDO GONTIJO AZEVEDO - MG133300  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

## DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, interposto por ADAO RODRIGUES PEREIRA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, no julgamento do HC n. 1.0000.18.109033-3/000.

Extraí-se dos autos que o recorrente foi preso em flagrante em 20/8/2019, pela suposta prática do crime previsto no art. 121 c/c o art. 14, inc. II, ambos do Código Penal (homicídio tentado). Referida custódia foi convertida em preventiva.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem, em acórdão assim ementado:

*HABEAS CORPUS - HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO - RELAXAMENTO DA PRISÃO PREVENTIVA - IMPOSSIBILIDADE - DEMORA NA CONVERSÃO - INOCORRÊNCIA - REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA OU SUBSTITUIÇÃO DA SEGREGAÇÃO POR MEDIDAS CAUTELARES - DESCABIMENTO - PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA CUSTÓDIA CAUTELAR DO PACIENTE - DECISÕES DEVIDAMENTE FUNDAMENTADAS - ORDEM DENEGADA. 1- Não há que se falar em relaxamento da prisão quando o auto de prisão em flagrante encontra-se formalmente perfeito, constituindo a demora na conversão da prisão em flagrante em preventiva mera irregularidade. 2- Não merece ser acolhida a alegação de ausência de fundamentação se o il. Magistrado a quo converte a prisão em flagrante do paciente em preventiva e indefere o pedido de revogação, ressaltando a necessidade da medida extrema para a garantia da ordem pública, após destacar a presença de prova da materialidade do crime e indícios suficientes de sua autoria. 3- Presentes os requisitos autorizadores da segregação provisória, a manutenção da custódia do acusado é medida que se impõe, mormente tratando-se de delito doloso e em razão do modus operandi que envolveu a empreitada criminoso (fl. 77).*

No presente recurso, a parte recorrente alega que o decreto prisional

# Superior Tribunal de Justiça

carece de fundamentação idônea. Pondera que não existem elementos concretos a justificar a necessidade da custódia preventiva.

Ressalta a suficiência, no caso concreto, da aplicação de medidas cautelares alternativas ao cárcere, previstas no art. 319 do CPP.

Sustenta a ocorrência de *reformatio in pejus*, decorrente de inovação na fundamentação da custódia cautelar, argumentando que a Magistrada de primeiro grau não justificou a prisão antecipada no *modus operandi* do delito.

Requer, assim, a revogação da prisão preventiva, ainda que mediante imposição de medidas cautelares alternativas.

Sem petição de contrarrazões, o recurso foi remetido a esta Corte Superior (fl. 99).

Sem pedido liminar. As informações foram prestadas pelas instâncias ordinárias (fls. 115/117 e 120/123).

O Ministério Público Federal opinou pelo conhecimento e desprovimento do recurso (fls. 105/110).

É o relatório. Decido.

O presente recurso está prejudicado.

Isso porque, em ofício enviado a esta Corte Superior de Justiça, o Magistrado de primeira instância informou que revogou a prisão preventiva do recorrente (fl. 121).

Desse modo, diante do novo contexto fático, evidente a perda superveniente do objeto deste recurso.

Ante o exposto, nos termos do art. 34, XVIII, "a", do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, julgo prejudicado o presente recurso em *habeas corpus*.

Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator